A IGREJA NA CRISE BRASILEIRA *

Fernando B. de Ávila

INTRODUÇÃO

O Brasil atravessa uma conjuntura difícil. Em tais circunstâncias, qualquer nação corre o risco de ser envolvida por uma espiral de pessimismo que ameaça paralisar suas forças e, conseqüentemente, agravar a situação.

O processo, aliás, já está pervadindo o corpo social. Como se pode constatar através dos meios de comunicação, o povo, a classe média, sem excluir a própria classe empresarial, dão sinais evidentes senão ainda de desespero, certamente de falta de esperança.

Considero assim importante não perder de vista a realidade global do Brasil sacudido hoje pela crise conjuntural. E a realidade global pode ser resumida na afirmação seguinte: o Brasil é um país possível, significando-se com isto que, dentro de determinadas condições a serem explicitadas, é um país com garantias privilegiadas de viabilidade para superar a conjuntura adversa.

Estas garantias se revelam através de uma simples enumeração:

O Brasil já se firmou numa sólida base industrial, hoje situada entre as dez maiores do mundo. Dispõe de uma fronteira de recursos naturais com grandes potencialidades de expansão e de incorporação no

---

*Comunicação à 21ª Assembléia Geral da CNBB, Abril de 1983.

espaço produtivo. Isto lhe oferece a possibilidade de aumentar significativamente o suprimento interno de alimentos e de energias alternativas com recurso a tecnologias adequadas.

O Brasil é hoje um país predominantemente urbano com um corpo social consistentemente estruturado nas mais variadas formas de instituições, organizações de direito e de fato: congresso, assembléias, câmaras, assóciações de classe, sindicatos, uma expressiva base universitária, associações espontâneas e conscientizadas. O país está gestando um embrião de ciência e tecnologia que começa a despontar no cenário internacional. O Brasil nao é mais o país dos cafezais. Sua dimensão continental já lhe permitiu uma considerável base de abertura no comércio internacional em condições reais de grande ampliação competitiva. O Brasil, enfim, é uma nação que trabalha e produz, com um alto contingente de jovens o que significa esperança e capacidade de crescimento.

É claro que é possível descobrir aspectos negativos em cada uma destas garantias de esperança. Mas esta possibilidade não pode ocultar a consistência altamente positiva desta realidade global.

Se o Brasil é um país possível, reclama determinadas condições para assegurar sua viabilidade a curto e médio prazo.

Detenho-me na análise destas condições, que se resumem em duas, cuja gravidade obviamente não se pode menosprezar: a superação da crise sócio-política e a superação da crise sócio-econômica.

1. A CRISE SÓCIO-POLÍTICA

1.1. Como se configura a atual crise política?

1.1.1. O esgotamento do processo de uma democratização outorgada

O discurso do Presidente da República na abertura do Congresso Nacional, a 1º de março, define-se como o início de uma nova etapa no processo político.

Não se deve subestimar os avanços realizados na etapa anterior. Não obstante sérias dificuldades externas e internas ao próprio regime, inaugurou-se um processo de liberalização desde a abolição do AI/5, até as ulteriores medidas de distensão que, partindo da anistia política, chegaram até as eleições diretas para governadores e sua respectiva posse. Há 6, ou mesmo, há 5 anos atrás eram inteiramente

impensáveis estes avanços que foram, sem dúvida, acelerados inclusive pela liberalização da imprensa e pela atuação das organizações de classe.

A nova etapa se inicia dentro de um panorama político diferente, quando o governo perde a maioria absoluta na Câmara dos Deputados e a oposição ganha em 10 Estados da federação que representam 80% do PIB e 70% da população brasileira. Na nova etapa anunciada, representantes expressivos do regime não escondem mais a sensação do esgotamento do processo de democratização outorgada. A nova etapa é apresentada como uma etapa de negociação, de convergência de esforços de "trégua política", na expressão do Presidente da República. O regime se predispõe a aceitar negociações com a oposição moderada, mas o problema que se levanta é o de saber quais os temas que o regime aceita negociar. A impressão é de que a margem de negociação aumenta na medida em que se vai revelando a gravidade da situação econômica. A ampliação da margem de negociação vem sendo conduzida pelo próprio regime, através de um processo de antecipação das contestações previsíveis. Os Ministros militares afirmam a decisão das forças armadas de desempenharem sua função constitucional, com a volta para os quartéis. Outros Ministros de Estado se antecipam às convocações do Poder Legislativo. Notifica-se a possibilidade da revisão da lei de Segurança Nacional e, até mesmo, de uma reforma da Constituição, mas sem constituinte. Não é excluída a hipótese de rejeição da lei salarial, uma vez constatada a impossibilidade de sua aprovação na Câmara. A esta altura, já foi atropelada a estratégia de desviar a atenção do Legislativo para questões menores, como o voto distrital, no intento de drenar o impulso para questionamentos mais fundamentais.

Três pontos parecem por enquanto inegociáveis: na área econômica, da qual nos ocuparemos mais tarde, a revisão da própria política econômico-financeira e, na área política, a reformulação da composição casuística e assimétrica do colégio eleitoral e a condução do processo sucessório para a Presidência da República. Estes dois pontos ainda inegociáveis na área política parecem exprimir a intenção de garantir a continuidade do regime sem que esta passe necessariamente pelo continuismo das cooptações palacianas. Aliás, o próprio Presidente da República já afirmou que a sucessão não se processará "como uma ação entre amigos".

1.1.2. Sente-se, em todos os setores da opinião pública, uma grande erosão da credibilidade oficial, erosão devida principalmente à maneira pela qual foi conduzida a administração da crise econômica.

Sobre nenhum dos eventos que intrigaram a nação, nos últimos dois anos, foi dada uma explicação convincente à opinião pública: o escândalo da mandioca, a bomba do Riocentro, o diferencial delta, o caso Delfin, o projeto O Cruzeiro, o fracasso da Capemi em Tucuruí, o oneroso retardamento do projeto nuclear. Tem-se a impressão que o último problema (escândalo) da fila recalca para o esquecimento os anteriores, sem que se perceba devidamente o desgaste da credibilidade oficial perante a nação cada vez mais perplexa e chocada com as dimensões das diversas formas de corrupção que se beneficiou da impunidade autoritária.

1.1.3. Dificuldade de conter os conflitos gerados pelas reivindicações dos diversos segmentos da sociedade dentro de espaços toleráveis, de modo a não comprometer o projeto de fazer "deste país uma democracia". Esta dificuldade, certamente a mais séria, pode conduzir ao risco de novas soluções salvacionistas que quase inevitavelmente passariam, outra vez, pelos quartéis.

1.2. A Superação da Crise Sócio-Política

Duas linhas se apresentam para esta superação e o que me parece distingui-las é a conciliação como meio e a conciliação como fim.

1.2.1. A conciliação como meio

A proposta oficial para esta superação, feita pelo próprio Presidente da República e formulada em termos de uma "trégua política", pode ser entendida no sentido de uma conciliação como meio. Meio para quê? Para prolongar uma tutela do regime sobre a sociedade civil, tutela considerada necessária numa fase de transição e turbulência.

A expressão "trégua política" suscitou reações conflitantes. Se uma trégua significa uma suspensão provisória e localizada de um estado de beligerância, a proposta não exclui uma eventual reativação da luta, com desfecho imprevisível.

O mesmo Presidente, no discurso proferido por ocasião do 4º aniversário de seu governo, procurou esclarecer o sentido de sua proposta: "A proposta de trégua, que agora reitero, é ato de grandeza. Não constitui convite à capitulação, nem envolve capitulação. Constitui, isso sim, convite a que se identifiquem pelo diálogo zonas de entendimento. A trégua deve ser vista como processo, mediante o qual as

potencialidades políticas se disponham a superar, acerca de pontos determinados, radicalismos ou divergências injustificáveis, em face do interesse nacional. Trégua é procura de conciliação e desarmamento dos espíritos. Trégua supõe crença de que, pela argumentação entre interlocutores de boa vontade e de boa fé, é possível chegar à união dos espíritos e à unidade de ação".

Não houve réplicas ao texto presidencial, o que contudo não parece ter significado a aceitação consensual da proposta. O tema da conciliação, que foi aliás objeto do último pronunciamento do Conselho Permanente, de novembro de 1982, não parece ter trânsito numa oposição susceptível à desconfiança, porque a conciliação é proposta "acerca de pontos determinados" sem que se esclareça quem determinará esses pontos e parece ainda muito difícil aceitar uma conciliação que de qualquer modo implique num silêncio, mesmo que provisório, sobre os pontos ainda inegociáveis pelo regime. Tal silêncio, mesmo para os que não desejam "radicalismos ou divergências injustificáveis", corre o risco de ser interpretado como uma conivência implícita com graves desmandos especialmente na área econômico-financeira. Nem mesmo os moderados aceitam encampar essa interpretação. Assim a trégua, a conciliação como meio, não parece ainda constituir proposta eficaz para superação da crise política, enquanto esses pontos não forem esclarecidos.

1.2.2. A conciliação como fim.

O Presidente fala em trégua como "um processo", uma procura de conciliação. Não é possível desconhecer quanto a idéia é grata à Igreja, especialmente no ano da reconciliação.

Mas a idéia "de procura da conciliação" sugere que a conciliação é menos uma verbalização consensual do que o termo de um processo que não será sempre ameno.

A conciliação como fim supõe, como meio indispensável, a preservação do espaço democrático já conquistado e sua ampliação, pela aceitação e legitimação das instituições democráticas capazes de administrar os conflitos inevitáveis numa democracia autêntica. A administração democrática dos conflitos passa pela autonomia do Legislativo, a independência do Poder Judiciário, a autenticidade dos sindicatos e associações de classe, a liberdade responsável da imprensa e da expressão em geral, o funcionamento de partidos políticos sem as peias de casuísmos, a recuperação do Estado Federativo. A

conciliação como fim, seria pois, a consolidação definitiva de uma democracia sem adjetivos, ou seja, a realização plena do projeto de "fazer deste país uma democracia".

A conciliação como fim, passa por uma exigência de justiça. A democratização política não será possível sem a democratização social e econômica.

Isto nos encaminha à análise da segunda crise de cuja superação está dependendo a viabilidade do Brasil como nação soberana.

2. CRISE SÓCIO-ECONÔMICA

2.1. Em que consiste a crise?

O Brasil enfrenta, hoje, a maior crise de sua história econômica, crise cujas dimensões são proporcionais à própria amplitude alcançada pela economia brasileira, que se situa hoje entre as 10 maiores do mundo.

A gravidade da crise já era conhecida em setembro do ano passado, mas não foi revelada ante o risco de resultados eleitorais catastróficos. Foi, antes, negada ou minimizada por insistentes declarações das autoridades responsáveis, cuja credibilidade sofreu, por isto mesmo, enorme desgaste, inclusive nos altos escalões empresariais.

Ela consiste numa situação de dependência econômica que levou, de fato, o país a um estado de insolvência. O país não tem condições de saldar seus compromissos de curto prazo, dentro das condições impostas pelo mercado financeiro internacional, mediatizado pelas negociações com o FMI. Todas as medidas adotadas, até agora, são medidas protelatórias cujos efeitos se esgotam, nas perspectivas mais otimistas, até o final do presente ano. As autoridades financeiras já levaram ao conhecimento dos credores internacionais a impossibilidade de saldar, nos prazos previstos, o principal da dívida e lutam para rolar o serviço desta dívida através do saldo da balança comercial e da obtenção de novos empréstimos.

Uma crise de tal gravidade não explode de repente. Ela teve um longo período de gestação que importa examinar, nas suas grandes linhas, evitando aspectos de tecnicalidade que não cabem na presente exposição.

A gestação da crise foi propiciada pelo acoplamento de dois fatores principais.

No plano internacional, o enorme afluxo de petrodólares, a partir de 1974, para o grande mercado financeiro internacional, concretamente, para os grandes bancos. Obviamente, esses bancos, que deviam pagar juros aos seus depositantes, tinham urgente interesse em fazer empréstimos rentáveis.

No plano interno, o Brasil, ainda sob a euforia do milagre brasileiro, era um parceiro confiável para os empréstimos disponíveis. A portaria 63 do Ministério da Fazenda, do governo Médici, facilitava a busca de empréstimos no exterior, para aliviar a pressão sobre o crédito interno.

E o Brasil se lançou afoitamente num programa de grandes projetos estimulado pela fluidez do mercado financeiro internacional. Basta lembrar o acordo nuclear, a ferrovia do aço, Itaipú, Carajás, Tucuruí, os dois metrôs...

O custo global dos grandes projetos totaliza a soma de 230 bilhões de dólares, valor igual ao PIB, a serem pagos em 15 anos, com a agravante de que esses projetos são todos intensivos de capital e não de mão de obra. Segundo dados oficiais, o custo total dos projetos dividido pelo número de empregos diretos por eles criados, atingia a mais de 100.000 dólares a criação de cada emprego.

A partir de 1981, começa a se reduzir o fluxo de petrodólares. O alto custo do barril de petróleo (34 dólares), estimula, nos países não produtores, a busca de alternativas energéticas e a contenção do consumo, inclusive pela encessante elevação dos preços dos combustíveis derivados do petróleo.

O mercado financeiro internacional é abalado. No momento em que diminuem suas reservas, constata que a dívida dos empréstimos aos países subdesenvolvidos já excedia os 600 bilhões de dólares, dos quais, 80 bilhões devidos pelo Brasil. É então que se dá a reversão do processo: os grandes bancos se acautelam contra novos empréstimos e passam a pressionar no sentido de exigir o pagamento das dívidas.

A esta altura, o Brasil não só não tinha mais condições de saldar a dívida, mas precisava de novos empréstimos para pagar os juros e fechar a caixa.

Os negociadores brasileiros submetem-se às condições impostas de fora e sucumbem a uma situação de maior dependência. Já não é

mais exato dizer que o Brasil desenvolva uma política econômica própria. Sua política econômica consiste em submeter-se às imposições do mercado financeiro internacional, mesmo ao preço de hipotecar seus próprios recursos, como é especialmente o caso, por exemplo, do projeto Carajás.

2.2. Os efeitos da Crise

2.2.1. O primeiro e o mais grave é aquele ao qual já fiz alusão: o agravamento da dependência externa, a transnacionalização da economia brasileira. Os recursos procurados para sair da dependência geram maior dependência.

Nesta posição de dependência, foi imposta ao país como prioridade um superavit comercial, que deveria chegar em 1983, a 6 bilhões de dólares. Esta prioridade implica num esforço de exportações a todo custo, esforço estimulado pelas maxi e minidesvalorizações do cruzeiro, e por uma enérgica redução das importações.

2.2.2. Os efeitos de tais medidas já se espraiam no campo social. A redução da oferta dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, acarretando o aumento contínuo de seus preços, realimentando a inflação e principalmente reduzindo a já escassa dieta alimentar das populações de baixa renda e da pequena classe média, em vias de proletarização. Por outro lado, a redução das importações, benéfica na medida em que conseguir controlar a entrada de bens supérfluos, atinge também especialmente indústrias que dependem de produtos sem similares no país, tendo como consequência a aceleração do ritmo das falências, que ameaça um parque industrial laboriosamente implantado.

2.2.3. A pressão da dívida externa e a dependência em saldá-la, diminui as disponibilidades para o atendimento da dívida social interna, reduzindo os recuros destinados a satisfazer às carências urgentes dos deficits de habitação, alimentação, saúde, educação e emprego. Se fossem contabilizados estes deficits, seu montante já se aproximaria do montante da dívida externa, cujos credores, no entanto, prevaleceram na imposição de seus prazos de resgate. O brasileiro pobre pode esperar, mas os banqueiros internacionais, não.

2.2.4. A erosão da credibilidade das autoridades da área econômica amedrontou a poupança interna, que vem fugindo do mercado produtivo e disputando o mercado financeiro oficial e paralelo. Na

insegurança de investir, pelo medo de novas regras de jogo, da eclosão de novos escândalos, a poupança se orientou para a compra do dólar e do ouro. É melhor entesourar que investir.

2.2.5. O controle do crédito externo aumentou a pressão sobre o crédito interno, cuja oferta se reduz pelo desvio especulativo da poupança. O aumento da demanda do dinheiro eleva o seu custo, o que vem se manifestando nas resistências à queda dos juros, que é o preço do dinheiro emprestado. A permanência das altas taxas de juros agrava a pressão sobre as empresas, especialmente as pequenas e médias, aumentando o número das falências e o consequente desemprego.

2.2.6. O sistema tributário brasileiro deixa aos municípios 4% da arrecadação de impostos e menos de 20% aos estados. Tudo mais é concentrado na União. Esta pôde, assim, destinar, em 1982, às empresas estatais, aproximadamente 20 trilhões de cruzeiros, correspondendo a 40% do PIB. Esse modelo de um capitalismo estatal, fazia da Federação a grande demandadora de bens e serviços, especialmente às grandes empresas e empreiteiras. A dependência externa mais severa devido à crise impôs reduzir a 70% os gastos em investimentos públicos o que vem a constituir mais um fator de aumento de desemprego.

2.2.7. É neste que reside a grande ameaça de uma convulsão social de conseqüências incontroláveis, que começou a se esboçar em São Paulo nos últimos dias. O desemprego na indústria já se aproxima dos 10% da força do trabalho, o que, em números absolutos, já excede aos 4 milhões. Se a estes agregarmos os 9 milhões classificados como subempregados, é fácil ver que já se afigura como intolerável a deterioração da situação. Nem mesmo as autoridades competentes acreditam mais no teto de 80% de inflação para 1983, como não acreditam numa reversão da recessão nos próximos dois anos. Neste quadro, não se deve esquecer que a demanda de novos empregos pelos jovens entrando agora no mercado de trabalho já ultrapassa a cifra de 1,5 milhão por ano.

2.3. As alternativas para a crise

Elas se reduzem basicamente a duas.

2.3.1. A primeira, poder-se-ia chamar de externalista. Consiste em manter os compromissos aceitos pela situação de dependência, a

custo de um redobrado esforço de negociações visando a protelar os efeitos catastróficos. A alternativa supõe a imposição à nação dos sacrifícios exigidos para o cumprimento das condições que permitiram o aporte do mercado financeiro internacional, especialmente o dos bancos americanos. Tais imposições exigem: a redução do deficit público pelo corte de investimentos e despesas com o funcionalismo; a supressão dos subsídios em todas as áreas, reduzindo a competitividade de uma exportação que deveria, entretanto, ser incrementada para garantir em 1983 um superavit comercial de 6 bilhões de dólares; os ajustamentos da lei salarial considerada inflacionária; o controle do crédito; a política cambial realista exigindo a maxi e as minidesvalorizações; o controle da importação e contenção da inflação, em 1983, ao nível de 80%.

Em todos os setores da opinião pública se consolida a convicção da inviabilidade desta alternativa. Ela parece politicamente insustentável: nenhum governo que se afirma democrático terá condições de administrar democraticamente os conflitos que surgirão dos pesados sacrifícios exigidos.

As atenuantes conseguidas eventualmente através de negociações cada vez mais humilhantes, poderão protelar por algum tempo o desfecho, mas não atingem as causas da crise.

2.3.2. A segunda alternativa poder-se-ia chamar de internalista e parece não ter sido objeto de consideração das tecnocracias oficiais.

Esta alternativa se exprime em determinados princípios destinados a inspirar uma introversão da economia.

O Brasil, como nação soberana, tem o direito e o dever de desenvolver sua própria política econômica, garantindo a destinação de toda economia a sua finalidade intrínseca que é o bem comum.

A condição primária para superar uma situação de insolvência é sobreviver, e a sobrevivência está ameaçada de caos econômico e social muito mais grave do que aquele que coonestou a intervenção salvacionista de 1964. Dezoito anos de arbítrio, nos quais a nação foi comandada pelas tecnocracias herméticas levou o país de um caos para uma crise cujo desfecho pode ser um caos ainda maior.

A nação se recusa a ser acuada a uma situação absurdamente paradoxal: de um lado, imensos recursos potenciais maiores do que os

de outros países também atingidos pela crise; de outro lado, uma força de trabalho desativada pelo desemprego crescente. Que impede esta força de trabalho de ser potenciada para a valorização interna dos recursos da nação? Exclusivamente a obstinada adesão à opção externalista.

Não se trata de uma decisão arbitrária e insensata de se recusar a pagar as dívidas e seus juros. Não há, aliás, nenhuma garantia de que nossa economia tenha condições de agüentar o impacto das retaliações que tal decisão provocaria inevitavelmente. Tal decisão confinaria o Brasil num perigoso isolacionismo, num momento em que é urgente transformar uma humilhante situação de dependência, numa situação digna de relações de interdependência.

Internamente, a crise se caracteriza por um processo de causação circular cumulativa: uma recessão determinando a queda das taxas de crescimento do PIB, provocando a redução dos recursos destinados à produção, determinando o aumento dos preços de bens e serviços, causando a diminuição da produção, por conseguinte da demanda global com aumento do desemprego e consequente queda maior do PIB, aumentando a recessão, fechando assim o circuito perverso.

Superar a crise é romper este círculo vicioso.

Isto supõe um honesto reconhecimento dos compromissos externos, uma honesta garantia de honrar esses compromissos, mas a firme decisão de recuperar para o Brasil a soberania de sua política econômica.

Cabe ao Brasil definir as condições dentro das quais honrar seus compromissos. Diante da firmeza desta decisão, os próprios credores internacionais a preferem evidentemente à desfaçatez de uma moratória total. O Brasil é um devedor e uma economia importantes demais para ser atirado ao caos. Não haveria em breve nenhuma possibilidade política de enfrentar as forças gigantescas de descontentamento que se acumularão sob a pressão recessiva.

A opção internalista não é um artifício caloteiro, se assumida com dignidade e honestidade.

A verdade é que o país não pode nem precisa parar. A ruptura do círculo vicioso só é possível a partir de decisões que dependam de nós. E o que depende de nós é precisamente a internalização de nossa economia, a volta para o mercado interno.

Mesmo nos círculos governamentais existe a convicção de que é inexato dizer que a crise econômica só tenha causas externas: o choque do petróleo e a recessão dos países desenvolvidos. A crise teve de fato agravantes externas que reduziram a margem de manobra da estratégia externalista adotada para superá-la. Há infinitas coisas que os brasileiros podem fazer sem a mediação de dólares, mas são empenhados a fazer principalmente aquilo que pode gerar dólares para pagar a dívida externa. Os brasileiros podem produzir muito mais alimentos de consumo interno; podem trabalhar na área de infraestrutura social da habitação, saneamento básico, escolas, cujos insumos não precisam ser importados; podem desenvolver suas pequenas e médias empresas que são intensivas de trabalho e não de capital, isto é, que são geradoras de mais empregos; podem desenvolver o mercado informal, que já hoje absorve uma proporção elevada de mão de obra, nas mais variadas formas de atividades artesanais. Tudo isto e muito mais pode ser feito sem dólares aumentando o PIB e dando ao Brasil possibilidades de honrar seus compromissos.

Não parece provável que as duas alternativas sejam tão excludentes como os respectivos propugnadores supõem. É bem possível que a superação da crise será o resultado de uma composição de elementos das duas alternativas, composição garantida por um comando político decidido a preservar os espaços por onde deve prosseguir o processo de redemocratização do país.

3. A IGREJA NESTE CONTEXTO

3.1. Visão retrospectiva

Em 1979, a Assembléia Geral da CNBB aprovou o objetivo que devia ser colimado pela atuação pastoral da Igreja no Brasil.

"Evangelizar a sociedade brasileira em transformação a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo".

Na época desta formulação, a Igreja no Brasil assumira com absoluta seriedade a opção preferencial pelos pobres, decidida em Puebla. No contexto político nacional de autoritarismo, não haviam ainda despontado os primeiros sinais de abertura.

A fidelidade a esta opção constituía um desafio grave e delicado, que encontraria fortes resistências numa sociedade como a nossa marcada pela assimetria na participação da renda, na posse e uso do solo rural, no acesso ao solo urbano, na remuneração do trabalho, nas possibilidades de emprego, nas condições de habitação, de saúde, de educação e de alimentação. Quando se fala em assimetria social, faz-se referência à situação de uma nação na qual uma minoria se apropria do maior quinhão em todos estes indicadores sociais, deixando a maioria em condições de carência quase intolerável.

Era imprevisível, então, a "transformação" por que passaria a "sociedade brasileira", nos anos seguintes e que hoje é possível descrever retrospectivamente em dois movimentos desencontrados: a abertura política e a apertura sócio-econômica. Enquanto o país tentava se redemocratizar no plano político; no plano sócio-econômico era cada vez mais dominado pelo hermetismo da alta tecnocracia oficial. A democratização política não se exprimiu em termos equivalentes em democratização sócio-econômica.

*A Igreja contribuiu para a democratização política através de pronunciamentos cuja importância hoje não é subestimada ("*Exigências cristãs de uma ordem política", *1977;* "Reflexão cristã sobre a conjuntura política", *1981;* "O Momento nacional", *1982), mas especialmente através de uma intensa atuação no campo da educação política ou da educação para a política, não no sentido político-partidário, mas no sentido de assumir a responsabilidade política "como uma das formas mais nobres de realizar o compromisso cristão" (Paulo VI,* Octogesima Adveniens*). Apesar das observações em contrário, as eleições mostraram claramente que a Igreja do Brasil não estava engajada na mobilização de suas bases comunitárias em favor de uma sigla partidária; as eleições mostraram que, de fato, a Igreja não tinha sobre suas bases a capacidade de mobilização partidária que tantos temiam. Os inúmeros movimentos, legítimos movimentos de Igreja, dispersaram seus votos em todo o espetro partidário.*

Se a Igreja contribuiu para o aprimoramento político de nossas instituições democráticas, ela também, a partir de sua responsabilidade pastoral e por fidelidade às Diretrizes Gerais, acima enunciadas, não se omitiu em advertir para os riscos do processo que se desenrolava no plano sócio-econômico, e que culmina hoje numa crise, com graves implicações pastorais.

Suas advertências estão dispersas em documentos, estudos, textos das Campanhas da Fraternidade, enfim nos pronunciamentos que se situam na área daquilo que João Paulo II chamou de Pastoral Social. É curioso, entretanto, notar que tais pronunciamentos, se, por um lado, pelos próprios temas neles tratados, tiveram maior repercussão na opinião pública, por outro lado, numericamente constituem uma pequena porcentagem do total dos textos e subsídios pela CNBB, em seus diversos níveis (Assembléia Geral; Comissão Representativa, hoje Conselho Permanente, e Comissão Episcopal de Pastoral) nos últimos anos. Os outros textos, referindo-se mais à vida interna da Igreja (liturgia, espiritualidade, vocações, catequese...) não tiveram a mesma repercussão.

Os principais pronunciamentos feitos na área Pastoral Social foram: Subsídios para uma política social – *CEP 1979;* Igreja e problemas da terra – *Assembléia Geral, 1980;* Reflexão Cristã sobre a conjuntura política – *Conselho Permanente, 1981;* Solo urbano e ação Pastoral, *Assembléia Geral, 1982;* Momento Nacional, *Conselho Permanente, 1982 além das 5 Campanhas da Fraternidade:* Preservar o que é de todos, *1979;* Para onde vais? *1980;* Saúde para todos, *1981;* A verdade vos libertará, *1982;* Fraternidade sim, violência não, *1983.*

Dentre todos esses pronunciamentos, é de se notar que aqueles que foram objeto de discussão e votação, todos eles, como consta das respectivas atas, publicadas no Comunicado Mensal, foram aprovados por uma maioria que todas as vezes se aproximou da quase unanimidade do episcopado brasileiro votante.

Um levantamento das advertências e sugestões dispersas nestes pronunciamentos revela um outro dado surpreendente. Apesar do fato notório destes pronunciamentos não terem despertado ecos na esfera governamental, muitas das advertências neles contidas, hoje, ou tem trânsito livre na opinião pública, pois foram reconhecidos como exigências éticas do bem comum ou mesmo, em alguns casos já estão expressos em diplomas legais ou disposições administrativas.

Não cabe aqui a leitura deste levantamento, cabe apenas citar alguns exemplos e fazer algumas observações.

3.2. Os exemplos

Entre os exemplos que se poderiam citar, destaco os seguintes: A Igreja advertiu para o risco de um distanciamento crescente entre o

Estado e a nação, na medida em que, por um lado, o Estado se fechava em decisões palacianas e, por outro lado, a nação caminhava para um ponto crítico no qual, a não-solução dos problemas ligados às carências básicas da população começava a custar imensamente mais do que medidas concretas para a solução destes mesmos problemas. (Cf. Exigências cristãs nº 38)

Hoje, todo o discurso político do governo como da oposição insiste na necessidade de recuperar essa distância perdida. Aliás, não tem sido outro o sentido atribuído à própria reorientação oficial do projeto político do governo.

A Igreja advertiu para o risco da não-participação da sociedade civil nas decisões que afetam os seus mais imediatos direitos e interesses, participação através dos órgãos de que toda sociedade razoavelmente democrática dispõe (Subsídios nº 62); partidos políticos, associações, sindicatos (Reflexão cristã nº 23).

Hoje são objeto de consenso nacional esses temas que formulados pela Igreja foram considerados como exorbitantes da sua missão religiosa. Mesmo exprimindo críticas, a partir das exigências éticas do bem comum, a Igreja não pretendia ofender ninguém, mas apenas defender, mesmo incompreendida, os direitos de quem não tinha voz e defender sua própria liberdade pastoral, que constitui a única forma digna de relações entre a Igreja e o Estado.

A Igreja advertiu para os riscos de uma sociedade crescentemente assimétrica e explicitou subsídios inspirados, não numa pretensão técnica, mas nos imperativos éticos do bem comum. Denunciou a injustiça de uma sociedade que tributava o trabalho e tolerava acumulação especulativa do capital (Subsídios nº 23). Foi criado posteriormente o imposto sobre operações financeiras (IOF), um mecanismo tímido de corrigir esta injustiça. Alertou para a gravidade dos problemas da terra rural e dos conflitos nela engendrados pela expansão da frente agrícola (Igreja e problemas da terra). Foi criado, posteriormente, um Ministério Extraordinário para tratar do assunto, que adotou como slogan: Terra para os que nela trabalham.

Cito dois textos: "A política econômica ofereceu vantagens aos investimentos estrangeiros, especialmente das empresas transnacionais. Foi uma responsabilidade conscientemente assumida pelas autoridades competentes para enfrentar os nossos problemas econômico-financeiros. Talvez, contudo, seja hoje oportuno examinar com

mais atenção as críticas dos que julgam que o Brasil pagou um preço excessivo por esta abertura, em termos especialmente de redução da autonomia nacional e de tornar nossa economia ainda mais dependente das economias centrais" (Subsídios, nº 19).

Este texto foi aprovado pela Comissão Episcopal de Pastoral em agosto de 1979 e o preço, que já então era julgado excessivo, não parou de crescer até as exigências impostas pelo FMI.

"Técnicas modernas foram incorporadas em muitos setores da produção à custa de forte dependência externa, no que se refere à tecnologia, ao capital e à energia. O rápido crescimento da dívida externa que... chega a 50 bilhões de dólares representa um débito correspondente a cerca de 8 salários mínimos para cada brasileiro em média... Essa dívida.. agrava poderosamente as condições de vida e de trabalho da população rural, pois sobre a agricultura recaiu grande parte desse pesado tributo. Intensificam-se as exportações sem a contrapartida de um volume crescente... de mercadorias... disponíveis para o consumo..." Em tal texto, aprovado pela Assembléia Geral de 1980, no documento "Igreja e problema da terra", só uma coisa está desatualizada: a dívida externa que passou de 50 para quase 100 bilhões de dólares.

Todas as sugestões oferecidas em 1982 no documento Solo Urbano e Ação Pastoral, para a mais justa utilização deste solo (nº 120 a 130) foram incorporados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) em projeto de lei preparado pelo Ministério do Interior e enviado posteriormente ao Congresso.

Todas as Campanhas da Fraternidade contribuiram para conscientizar a opinião pública sobre a gravidade de problemas ligados ao meio ambiente, à saúde, à educação, às migrações e à violência, problemas para cujo atendimento foram posteriormente tomadas medidas de relevante importância e que constituem ainda hoje objeto de preocupações de todos os governos, federal como estaduais e municipais.

3.3. As observações

1º — Seria obviamente ingênuo incidir no sofisma "post hoc, ergo propter hoc". O fato de muitas daquelas advertências hoje terem sido assimiladas total ou parcialmente, não significa que o legislador ou adminitrador brasileira tenha sido motivado por elas. Significa talvez algo mais. Significa que a Igreja, por sua sensibilidade

pastoral, intuíu com certa antecipação, aquilo mesmo cuja evidência acabaria por se impor.

2º — Seria um pretensioso simplismo dizer que, se todas as sugestões da Igreja tivessem sido totalmente absorvidas, a nação não se encontraria na crise com a qual se defronta. Com efeito, se a Igreja fez sugestões e ofereceu subsídios que poderiam determinar uma reversão de tendências, ela sempre se recusou a propor modelos alternativos, por considerá-los fora de sua competência e de sua missão (Subsídios, nº 68).

3º — A pregação da Igreja foi sempre no sentido de colaborar para a implementação de maior justiça social; no sentido de um maior compromisso social do cristão a partir de sua fé. Há aqui o risco de um equívoco que pode gerar mal-entendidos. Uma chaga, uma doença, são fenômenos biológicos, não são questões pastorais. Porém, tratar dos feridos e dos enfermos pode ser um desafio pastoral assumido a partir da fé, como é carisma de tantas instituições e congregações religiosas. Um pobre pode ser uma questão de esmola ou de assistência, mas a existência de uma situação estrutural que gera a pobreza de milhões é um desafio ao qual a consciência cristã não pode se eximir a partir da fé e do amor. Um criminoso pode ser uma questão da polícia ou da justiça, mas um presídio pode ser campo de ação da pastoral carcerária. Os problemas ligados à posse e uso do solo urbano e rural podem ser uma questão jurídica ou legislativa, mas o certo é que por estes caminhos ainda não se resolveram satisfatoriamente os sofrimentos de muitíssimos de nossos irmãos vítimas de uma iníqua distribuição da terra destinada por Deus a todos os seus filhos.

A violência, como uma chaga que corrói o tecido social, pode ser reduzida a uma questão de repressão; mas a injustiça social que não só gera a violência mas é em si mesma a forma mais perversa de violência (C.F. 1983) é também um desafio pastoral.

O Santo Padre João Paulo II, no discurso pronunciado aos bispos do Brasil no Congresso Eucarístico de Fortaleza defendeu o direito e o dever da Igreja de desenvolver uma pastoral social. Não sei se a Igreja teria sido fiel a este dever se se omitisse com relação aos problemas acima enumerados.

4º — A pregação da Igreja se orientou no sentido de mostrar que o desenvolvimento de uma pastoral social era o caminho para superar

os conflitos cujo alto preço social e humano ela denunciou (Cf Subsídios nº 27 e ss.) e para chegar a uma conciliação nacional em termos altos (Cf. Momento nacional, 1982). No mesmo sentido, ela não se deixou alinhar com nenhum sistema ou modelo, mas afirmou sua distância tanto do capitalismo liberal quanto do socialismo marxista, posição confirmada pela encíclica Laborem Exercens, *mesmo quando ainda havia uma certa hesitação em incluir os dois sistemas no mesmo repúdio.*

5º — Tenho a impressão que, à medida em que se consolidam na sociedade civil as instituições mediadoras entre o Estado e a nação, tende a se reduzir a ação supletiva exercida pela Igreja nos diversos campos cobertos hoje por sua pastoral social.

6º — Enfim, última observação: a atuação da Igreja no campo da pastoral social teve um efeito que me parece dificilmente contestável: o povo de Deus nunca se sentiu tão perto dos seus Pastores, de sua Igreja, que sem ódios nem provocações, continuava a fazer muito pelos pobres, em favor dos pobres, mas assumia a opção de fazer mais junto dos pobres e a partir deles. Há no Brasil, em números absolutos, muito mais miseráveis, muito mais famintos, doentes, desabrigados, detentos, analfabetos, do que, por exemplo, em toda a América Central. No entanto, aqui não houve o dramático conflito que dilacera nações daquele Continente. Muitas causas podem ser apontadas como explicação desta diferença, mas creio que uma comparação honesta não pode excluir a ação de uma Igreja que quis ser fiel a sua missão religiosa e pastoral, e à Diretriz definida em 1979, pela Assembléia Geral: "Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando a construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo."